



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orcamento e Proietos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº19/2019/SMPOP/DCL**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019/PP**

Ata de Registro de Preço, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, aqui representado pelo Prefeito Municipal **EDUARDO BONOTTO**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 88.489.786/0001-01, com sede na Av. Aparício Mariense, 2751, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **PAULINÉIA LOTERMANN REIS -ME**, inscrita no CNPJ nº 10.936.352/0001-07, com sede na Rua Guilherme Ludwig, nº 242, Área Industrial, na cidade de São José do Inhacorá/RS, vencedora e adjudicatária do pregão supra-referido, por seu representante legal, **LENADRO ALBERTO KERBER**, inscrito no CPF nº 906.500.930-20, Carteira de Identidade RG Nº 9073699465, doravante denominada simplesmente de FORNECEDORA, acordaram em celebrar o presente instrumento, obedecidas as condições constantes no edital supra-referido e Ata de Reunião de Julgamento de Proposta, documentos estes que fazem parte integrante do presente contrato em todos os seus conteúdos mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços de cadeiras para todas as secretarias, de acordo com o memorando nº 275/2019, termo de referência e processo de compra nº 1612/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência**

2.1. A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, da Lei Municipal 3.025/2002 e do Decreto Municipal nº 8.497/2002, o CONTRATANTE não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Preços**

3.1. Os preços ofertados pela CONTRATADA seguem detalhados na Ata de Julgamento, parte integrante deste, acumulando um total de **R\$ 149.365,00 (cento e quarenta e nove mil com trezentos e sessenta e cinco reais)**, conforme descrições detalhadas:

3.2. Os preços, as descrições e quantidades são as seguintes:

Item	Und	Quant.	Descrição/Objeto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Un	109	CADEIRA GIRATÓRIA, TAMANHO ESPALDAR MÉDIO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE 12M, COM ASSENTO E ENCOSTO ACOLCHOADO ANATOMICAMENTE EM DENSIDADE MÉDIA (50 A 60KG M³) COM 45 A 50MM DE ESPESSURA. REVESTIMENTO DE TECIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, 100% POLIÉSTER, COR A DEFINIR, BORDAS EM PVC, SUPORTAR ATÉ 140KG, INCLINAÇÃO DO ENCOSTO MEDIANTE ACIONAMENTO DA ALVANCA, REGULAGEM DA COLUNA E ASSENTO A GÁS, BASE GIRATÓRIA COM CAPA DE NYLON NA COR A DEFINIR, COM ARANHA DE 05 HASTES, APOIO SOBRE RODÍZIOS DE DUPLO GIRO DE NYLON E CM ESFERAS DE AÇO, MONTADA E GARANTIA DE 06 MESES	352,00	38.68,00
2	Un	101	CADEIRA GIRATÓRIA, ESPALDAR MÉDIO, BRAÇO REGULÁVEIS COM ALMA DE AÇO E APOIA BRAÇOS ANATÔMICOS EM POLIURETANO COM REGULAGEM EM CINCO POSIÇÕES. ASSENTO E ENCOSTO EM	330,00	33.330,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ  
**Secretaria Municipal de Planejamento, Orcamento e Proietos**

			COMPENSADO MULTILAMINADO ANATÔMICO PRENSADO A QUENTE COM ESPESSURA DE 12MM, ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA DE ALTA DENSIDADE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 50MM, COM BORDAS PROTEGIDAS POR PERFIL EM PVC SEMI RÍGIDO TIPO 'E' NA COR PRETA, FORRADOS COM TECIDO 100% POLIÉSTER, NA COR A DEFINIR, CONTRA ENCOSTO REVESTIDO EM PROPILENO ANTI-ALÉRGICO EM ALTA RESISTÊNCIA A PROPAGAÇÃO DE RASGOS ALÉM DE BAIXA DEFORMAÇÃO NA COR PRETA. ESTRUTURA EM TUBO 7/8, COM ESPESSURA 1MM, TRATADA CONTRA FERRUGEM, PINTURA EPÓXI (A PÓ) NA COR PRETA E BASE COM 5 HASTES COM 5 RODÍZIOS DUPLO DE DUPLO GIRO, REVESTIDA COM CAPA PROTETORA EM POLIPROPILENO NA COR PRETA. MEDIDAS 580MM DE LARGURA X 580MM DE PROFUNDIDADE X 900/1000MM DE ALTURA.		
3	Un	75	CADEIRA DIRETOR ESTOFADA C/ BRAÇO GIRATÓRIA NA COR A DEFINIR	319,00	23.925,00
4	Un	58	CADEIRA PRESIDENTE BASE GIRATÓRIA CROMADA COM REGULAGEM DE ALTURA COM BRAÇO, PRETA EM COURO	524,00	30.392,00
5	Un	70	LONGARINAS FIXAS 3 LUGARES, ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO, ESTOFADA, ASSENTO E ENCOSTO EM ESPUMA INJETADA, ASSENTO LIGADO AO ENCOSTO POR BARRA METÁLICA, REVESTIDO EM TECIDO IMPERMEÁVEL, COR A DEFINIR	295,00	20.650,00
6	Un	27	CADEIRAS FIXAS ESTOFADAS ADULTO, SEM BRAÇO, COR A DEFINIR. ESTRUTURA METÁLICA PINTADA DE PRETO, COM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE, ASSENTO E ENCOSTO ACOLCHOADO.	100	2.700,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>149.365,00</b>

**CLÁUSULA QUARTA – Das Condições De Fornecimento**

**4.1.** A CONTRATADA obriga-se a dar prioridade no atendimento a CONTRATANTE, bem como, executar o objeto contratado de forma imediata, conforme especificado nos termos do edital e inclusive em conformidade com a Ata de Julgamento, bem como de acordo com o que preceitua o Código Defesa Consumidor;

**4.2.** Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da presente Ata, correrá por conta exclusiva da CONTRATADA.

**4.3.** Deverá ser emitida a devida Nota fiscal/fatura discriminativa, após a entrega dos produtos para efetivação do pagamento e liquidação.

**4.4** Será recusado o objeto que não atender às especificações constantes na presente Ata.

**4.5.** Dentro do prazo de vigência contratual, a CONTRATADA está obrigada ao executar o objeto contratado, desde que obedecidas as condições do Pregão, conforme previsão do edital que precedeu a formalização dessa Ata.

**4.6.** A recusa da CONTRATADA em atender à substituição, levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

**4.7.** A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, poderá promover ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

**4.8.** As cadeiras deverão ser entregues montadas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orcamento e Proietos

**4.9.** As cores das cadeiras serão definidas no momento da ordem de compra, conforme a necessidade da secretaria requisitante.

**CLÁUSULA QUINTA – Da garantia**

**5.1.** A contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições de uso e funcionamento compatível com as obrigações assumidas.

**5.2.** As cadeiras terão garantia mínima de 06(seis) meses.

**5.3.** Na garantia contra eventuais defeitos de fabricação, bem como por problemas decorrentes de mal acondicionamento e falhas no transporte, a CONTRATADA deverá substituir o produto, sem ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de São Borja, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

**CLAUSULA SEXTA – Das Condições de Pagamento**

**6.1.** Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a data da solicitação pela secretaria requisitante.

**6.2.** A presente despesa será suportada pela(s) seguinte(s) rubrica(s) do ano de 2019, cujo elemento é:

**4.4..9.0.52.42.00.00.00**

**6.3.** O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

**6.4.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Da Entrega**

**7.1.** Obriga-se a CONTRATADA a executar o objeto deste instrumento em até 07 (**sete**) dias úteis, contados da Autorização de Fornecimento que será emitida pela secretaria requisitante.

**7.2.** Por ocasião da execução, caso seja detectado que o objeto não atendem às especificações licitada e proposta, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pelo responsável técnico, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

**7.3.** É vedada à CONTRATADA condicionar uma quantidade mínima de pedidos para providenciar a execução do objeto contratado.

**7.4.** A CONTRATADA deverá enviar o objeto contratado, solicitado pelo CONTRATANTE de forma imediata, independente da quantidade solicitada sob pena de incorrer as penalidades previstas na Clausula Oitava.

**CLÁUSULA OITAVA - Do Cancelamento Da Ata De Registro De Preços**

**8.1.** O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

a) quando a CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;

b) quando a CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;

c) quando a CONTRATADA solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

d) cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos, suficiente a ponto da CONTRATANTE ter que promover a execução do objeto contratado, através da contratação de terceiros.

e) atraso injustificado na execução do objeto.

f) paralisação na execução do objeto contratado, sem justa causa, e prévia comunicação à CONTRATANTE.

g) subcontratação total ou parcial da execução do objeto contratado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orcamento e Proietos

h) associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do objeto contratado.

i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como de seus superiores.

j) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto ora contratado.

k) decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

l) dissolução da CONTRATADA.

m) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração Pública, prejudique a execução deste contrato.

**8.2.** A comunicação do cancelamento do preço registrado será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**8.3.** No caso de se tornar desconhecido o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

**8.4.** A rescisão contratual também se operará nos seguintes casos:

a) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

b) Supressão, unilateral por parte da CONTRATANTE, dos quantitativos dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

c) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

d) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de fornecimentos de materiais, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

e) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

f) Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

**8.5.** A rescisão deste contrato poderá ser:

a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

b) Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

**8.6.** Nos casos de rescisão administrativa ou amigável, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

**8.7.** No caso de rescisão do contrato com fundamento em razões descritas nas alíneas "a" a "d" do item 7.4, será a CONTRATADA ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito a pagamentos devidos pela execução do objeto contratado até a data da rescisão.

### **CLÁUSULA NONA - Das Penalidades**

**9.1.** O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

a) Advertência por escrito.

b) Multa de 10 % (dez) sobre o valor empenhado, limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

c) No caso de inexecução do contrato, a CONTRATADA será:

c.1) Suspensa temporária de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração por 02 (dois) anos.

c.2) Declarada de inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

d) As sanções previstas nos itens acima mencionados admitem defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

e) As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

f) As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

g) As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral dos Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

h) Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os materiais, se a sua apresentação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e não for corrigida imediatamente.

i) A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar o objeto contratado pela CONTRATADA, pode constituir motivo para aplicação do disposto nas alíneas "a" e "c" do presente item.

#### **CLAUSULA DÉCIMA – Da Fiscalização**

**10.1.** Cabe a Secretaria requisitante fiscalizar rotineiramente o objeto da presente Ata, quanto à quantidade, qualidade e modo de fornecimento e/ou execução.

**10.2.** Os fiscais da secretaria requisitante estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o produto que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue inadequadamente ou que não atinja a finalidade que se destina.

**10.3.** As irregularidades constatadas pela secretaria requisitante deverão ser comunicadas a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Casos Fortuitos Ou De Força Maior**

**11.1.** Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a execução do objeto contratado:

a) greve geral;

b) calamidade pública;

c) interrupção dos meios de transporte;

d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

**11.2.** Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela CONTRATADA.

**11.3.** Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a secretaria requisitante, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Alterações Contratuais**

**12.1.** Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações. Tais alterações serão celebradas mediante termo aditivo.

#### **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Dos Casos Omissos**

**13.1.** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro**

**14.1.** Fica eleito o foro da comarca de São Borja do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**  
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ  
**Secretaria Municipal de Planejamento, Orcamento e Proietos**

São Borja, 22 de Maio de 2019.

---

**EDUARDO BONOTTO**  
**PREFEITO**  
CONTRATANTE

---

**PAULINÉIA LOTERMANN REIS -ME**  
CONTRATADA

**TESTEMUNHA**

NOME: .....

CPF: .....

ASSINATURA: .....

**TESTEMUNHA**

NOME: .....

CPF: .....

ASSINATURA: .....